

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	62
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	64
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	65

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.763
Preferenciais	0
Total	4.763
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	12/04/2018	Ordinária		2,11111
Reunião do Conselho de Administração	20/02/2018	Dividendo	31/12/2018	Ordinária		2,09947
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Dividendo	12/04/2018	Ordinária		19,73018
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2018	Dividendo	31/12/2018	Ordinária		21,00040
Assembléia Geral Extraordinária	29/03/2018	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2018	Ordinária		0,91330
Assembléia Geral Extraordinária	29/06/2018	Dividendo	31/12/2018	Ordinária		0,98371
Assembléia Geral Extraordinária	28/09/2018	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2018	Ordinária		0,66691
Assembléia Geral Extraordinária	31/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2019	Ordinária		0,66273
Reunião do Conselho de Administração	09/10/2018	Dividendo	11/10/2018	Ordinária		7,27789

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	1.480.521	971.340	1.170.957
1.01	Ativo Circulante	691.180	114.649	409.814
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	314.241	83.020	76.312
1.01.03	Contas a Receber	21.624	21.773	20.783
1.01.03.01	Clientes	21.624	21.773	20.783
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.092	7.635	17.557
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	19.092	7.635	17.557
1.01.07	Despesas Antecipadas	902	992	1.457
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	787	883	1.457
1.01.07.02	Adiantamento a fornecedores	115	109	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	335.321	1.229	293.705
1.01.08.03	Outros	335.321	1.229	293.705
1.01.08.03.01	Empréstimos a Partes Relacionadas	328.824	209	292.631
1.01.08.03.03	Outros Créditos	6.497	1.020	1.074
1.02	Ativo Não Circulante	789.341	856.691	761.143
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	152.892	354.422	286.221
1.02.01.07	Tributos Diferidos	9.355	5.859	17.572
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.355	5.859	17.572
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	16	10	477
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	142.893	332.924	267.626
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	142.893	332.924	267.626
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	628	15.629	546
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	628	858	0
1.02.01.10.04	Impostos a recuperar	0	14.771	0
1.02.03	Imobilizado	3.553	2.483	2.344
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.553	2.483	2.344
1.02.04	Intangível	632.896	499.786	472.578
1.02.04.01	Intangíveis	632.896	499.786	472.578
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	632.896	499.786	472.578

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	1.480.521	971.340	1.170.957
2.01	Passivo Circulante	476.183	353.194	380.290
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.195	4.497	3.268
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.195	4.497	3.268
2.01.02	Fornecedores	32.634	17.393	20.739
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.634	17.393	20.739
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	22.755	11.623	13.413
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	9.879	5.770	7.326
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.209	18.935	16.250
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.769	16.850	14.108
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.482	13.837	11.629
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	5.638	2.717	1.721
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	649	296	758
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.440	2.085	2.142
2.01.03.03.01	ISS	2.440	2.085	2.142
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	346.365	262.655	269.816
2.01.04.02	Debêntures	346.365	262.655	269.816
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	346.365	262.655	269.816
2.01.05	Outras Obrigações	26.215	21.185	16.293
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.608	1.466	3.662
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	117	21	2.261
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.491	1.445	1.401
2.01.05.02	Outros	24.607	19.719	12.631
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	9.540	9.044	8.990
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.720	2.128	1.629
2.01.05.02.06	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	13.347	8.547	2.012
2.01.06	Provisões	45.565	28.529	53.924
2.01.06.02	Outras Provisões	45.565	28.529	53.924
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	45.565	28.529	53.924

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02	Passivo Não Circulante	807.669	353.922	623.623
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	799.968	325.903	571.478
2.02.01.02	Debêntures	799.968	325.903	571.478
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	799.968	325.903	571.478
2.02.02	Outras Obrigações	732	8.645	16.314
2.02.02.02	Outros	732	8.645	16.314
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	732	8.645	16.314
2.02.04	Provisões	6.969	19.374	35.831
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.556	4.261	3.359
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.967	2.360	1.983
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.589	1.901	1.376
2.02.04.02	Outras Provisões	2.413	15.113	32.472
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	2.413	15.113	32.472
2.03	Patrimônio Líquido	196.669	264.224	167.044
2.03.01	Capital Social Realizado	129.625	129.625	108.152
2.03.04	Reservas de Lucros	67.044	134.599	58.892
2.03.04.01	Reserva Legal	25.925	25.925	21.631
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	41.119	108.674	37.261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	581.638	464.723	449.057
3.01.01	Receita de Serviços	581.638	464.723	449.057
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-379.709	-184.764	-188.952
3.02.01	Custos dos Serviços	-379.709	-184.764	-188.952
3.03	Resultado Bruto	201.929	279.959	260.105
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.155	-27.470	-27.252
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.504	-27.563	-27.914
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-27.490	-25.748	-25.846
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-2.014	-1.815	-1.991
3.04.02.03	Despesas Tributárias	0	0	-77
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	349	93	662
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	349	93	662
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	172.774	252.489	232.853
3.06	Resultado Financeiro	-30.330	-22.956	-29.112
3.06.01	Receitas Financeiras	53.734	66.537	122.992
3.06.01.01	Receitas Financeiras	53.734	66.537	122.992
3.06.02	Despesas Financeiras	-84.064	-89.493	-152.104
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-84.064	-89.493	-152.104
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	142.444	229.533	203.741
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-43.327	-73.190	-65.628
3.08.01	Corrente	-46.823	-61.477	-62.978
3.08.02	Diferido	3.496	-11.713	-2.650
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	99.117	156.343	138.113
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	99.117	156.343	138.113
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	20,80980	35,73550	31,73550

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	99.117	156.343	138.113
4.03	Resultado Abrangente do Período	99.117	156.343	138.113

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	270.740	251.673	243.188
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	183.619	98.785	99.962
6.01.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-3.496	11.713	2.650
6.01.01.02	Depreciação e amortização	52.838	38.991	32.409
6.01.01.03	Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	52	3.511	570
6.01.01.04	Variação monetária e juros s/ credores da concessão	1.316	861	3.011
6.01.01.05	Receitas c/ juros s/ empréstimos partes relacionadas	-31.314	-60.835	-103.577
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos e financiamentos	0	-4	0
6.01.01.08	Juros s/ debêntures	74.825	78.529	134.828
6.01.01.09	Resultado financeiro s/ ajuste a valor presente	2.089	4.355	5.796
6.01.01.10	Provisão p/ riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	2.034	2.081	2.110
6.01.01.11	Provisão para manutenção em rodovias	85.275	19.583	22.165
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.996	-3.455	5.113
6.01.02.02	Contas à receber	149	-990	2.242
6.01.02.03	Impostos à recuperar	3.314	-2.286	8.971
6.01.02.04	Despesas antecipadas	90	1.041	-1.057
6.01.02.05	Depósitos judiciais	230	-312	-344
6.01.02.06	Outros créditos	-5.477	54	-1.011
6.01.02.07	Fornecedores	1.510	-8.855	3.535
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	136	-1.414	626
6.01.02.09	Cauções contratuais de fornecedores	598	598	244
6.01.02.10	Obrigações sociais	698	1.229	0
6.01.02.11	Obrigações fiscais	29.863	60.467	36.371
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-37.810	-53.278	-45.699
6.01.02.13	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e regulatórios	-1.739	-1.179	-1.163
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-3.483	1.626	2.394
6.01.02.15	Credores pela concessão	7	11	47
6.01.02.16	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-82	-167	-43
6.01.03	Outros	99.117	156.343	138.113

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.03.01	Lucro líquido do exercício	99.117	156.343	138.113
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-243.757	-133.490	-113.201
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.614	-610	-1.584
6.02.02	Adições ao intangível	-242.143	-132.880	-111.691
6.02.04	Resgate s/ aplicações financeiras vinculadas	0	0	74
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	204.238	-111.475	-230.922
6.03.01	Captações de empréstimos	800.000	0	0
6.03.05	Pagamento de principal de debêntures	-253.995	-247.995	-198.000
6.03.06	Pagamento de juros de debêntures	-61.576	-84.572	-126.779
6.03.07	Pagamento de dividendos	-143.339	-67.533	-122.436
6.03.08	Pagamento de juros s/ capital próprio	-16.228	-4.603	-11.706
6.03.09	Pagamento de credores pela concessão	-8.740	-8.487	-8.001
6.03.10	Empréstimos a partes relacionadas	-140.000	0	0
6.03.12	Recebimento de Principal - Empresas Ligadas	0	123.207	74.965
6.03.13	Recebimento de Juros - Empresas Ligadas	5.320	157.035	161.035
6.03.14	Aumento de Capital	22.796	21.473	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	231.221	6.708	-100.935
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	83.020	76.312	177.247
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	314.241	83.020	76.312

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	134.599	0	0	264.224
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	134.599	0	0	264.224
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-67.555	-99.117	0	-166.672
5.04.06	Dividendos	0	0	-108.674	0	0	-108.674
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-15.369	0	-15.369
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	0	-42.629	0	-42.629
5.04.09	Dividendos adicional proposto	0	0	41.119	-41.119	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.117	0	99.117
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	99.117	0	99.117
5.07	Saldos Finais	129.625	0	67.044	0	0	196.669

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	58.892	0	0	167.044
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	58.892	0	0	167.044
5.04	Transações de Capital com os Sócios	21.473	0	-32.966	-47.670	0	-59.163
5.04.01	Aumentos de Capital	21.473	0	0	0	0	21.473
5.04.06	Dividendos	0	0	-37.260	-30.273	0	-67.533
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13.103	0	-13.103
5.04.08	Reserva Legal	0	0	4.294	-4.294	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	156.343	0	156.343
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	156.343	0	156.343
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	108.673	-108.673	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	108.673	-108.673	0	0
5.07	Saldos Finais	129.625	0	134.599	0	0	264.224

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	52.872	0	0	161.024
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	52.872	0	0	161.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	6.020	-138.113	0	-132.093
5.04.06	Dividendos	0	0	-31.241	-91.196	0	-122.437
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.656	0	-9.656
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	37.261	-37.261	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	138.113	0	138.113
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	138.113	0	138.113
5.07	Saldos Finais	108.152	0	58.892	0	0	167.044

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	620.150	502.669	485.050
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	429.123	426.032	398.028
7.01.02	Outras Receitas	191.027	76.637	87.022
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	183.577	69.294	79.721
7.01.02.02	Receitas Acessórias	7.450	7.343	7.301
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-319.683	-138.676	-150.917
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.619	-21.901	-19.700
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.948	-13.378	-13.262
7.02.04	Outros	-284.116	-103.397	-117.955
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-183.577	-69.294	-79.721
7.02.04.02	Custo da Concessão	-9.994	-9.889	-9.502
7.02.04.03	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-85.275	-19.583	-22.165
7.02.04.04	Outros	-5.270	-4.631	-6.567
7.03	Valor Adicionado Bruto	300.467	363.993	334.133
7.04	Retenções	-52.838	-38.991	-32.409
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.838	-38.991	-32.409
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	247.629	325.002	301.724
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	55.330	66.716	123.754
7.06.02	Receitas Financeiras	53.734	66.537	122.992
7.06.03	Outros	1.596	179	762
7.06.03.01	Juros Capitalizados	1.596	179	762
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	302.959	391.718	425.478
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	302.959	391.718	425.478
7.08.01	Pessoal	35.038	33.096	31.858
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.770	26.227	25.301
7.08.01.02	Benefícios	5.297	5.118	4.916
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.971	1.751	1.641
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	84.435	114.363	106.905
7.08.02.01	Federais	62.604	92.692	86.659

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.02.02	Estaduais	2	3	5
7.08.02.03	Municipais	21.829	21.668	20.241
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	84.369	87.916	148.602
7.08.03.01	Juros	74.825	78.525	134.833
7.08.03.02	Aluguéis	1.635	1.539	1.550
7.08.03.03	Outras	7.909	7.852	12.219
7.08.03.03.01	Outras Remunerações	6.313	7.673	11.457
7.08.03.03.02	Juros capitalizados	1.596	179	762
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	99.117	156.343	138.113
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	15.369	13.103	9.656
7.08.04.02	Dividendos	42.629	30.273	91.196
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.119	112.967	37.261

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Companhia” ou “Intervias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema constituído pela Malha Rodoviária de Ligação entre Itapira, Mogi Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, São Carlos, Cordeirópolis e Santa Rita do Passa Quatro, com extensão de 375,7 km de rodovias, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Através do Termo Aditivo e Modificativo nº. 14/06, datado de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo da concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Diante disso, o período de exploração da concessão foi prorrogado para 16 de janeiro de 2028.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Relatório Arteris

Intervias

A economia da região é baseada na atividade agroindustrial, sendo a região a principal na produção de açúcar e álcool no Brasil.

Atualmente, a Companhia opera nove praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Pirassununga	SP 330 / km 215	7,60
Leme	SP 330 / km 181+760	7,60
Rio Claro	SP 191 / km 59	3,30
Araras	SP 191 / km 27+500	6,60
Engenheiro Coelho	SP 147 / km 91+300	7,60
Mogi Mirim	SP 147 / km 52	7,50
Iracemápolis	SP 147 / km 127,200	5,80
Santa Cruz das Palmeiras	SP 215 / km 65,550	6,10
Descalvado	SP 215 / km 104,400	6,20

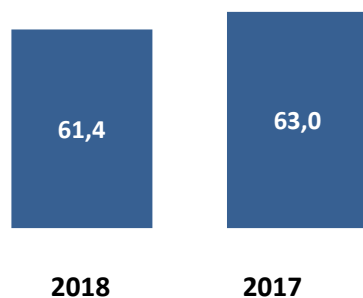
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

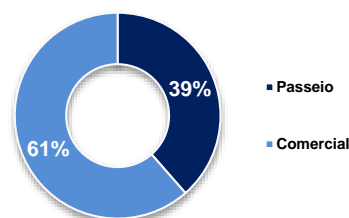
O tráfego pedagiado totalizou 61,4 milhões de veículos equivalentes em 2018, 2,6% abaixo quando comparado ao exercício anterior. A queda observada tem como principais fatores: desaceleração da atividade econômica brasileira, queda de consumo de renda e de produção industrial, reflexo da greve dos Caminhoneiros e jogos da copa do mundo.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2017 foi de 61% de veículos pesados e 39% de veículos leves.

Tráfego Pedagiado
Veículos Equivalentes (R\$ milhões)



Composição do Tráfego 2018

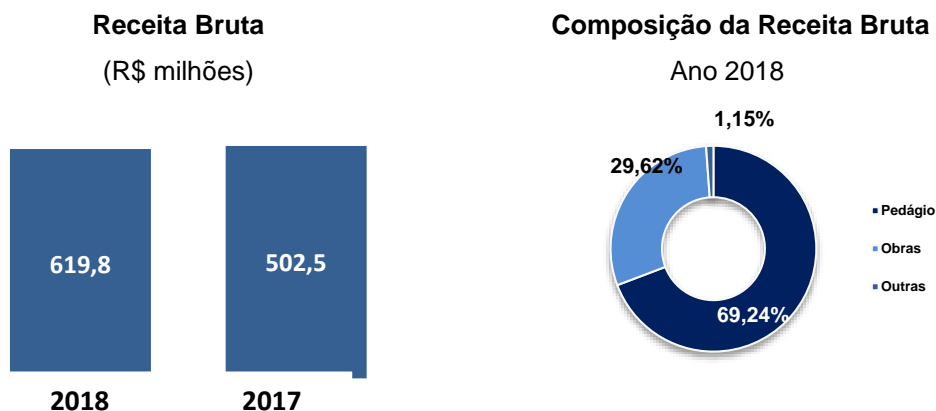


Relatório Arteris

Intervias

Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 619,8 milhões em 2018, com aumento de 23,3% em relação aos R\$ 502,5 milhões registrados em 2017.



A receita de pedágio cresceu 0,7%, passando de R\$ 426,0 milhões em 2017 para R\$ 429,1 milhões em 2018, justificado pelo reajuste das tarifas básicas praticadas em 2,85% à partir de 01 de julho de 2018, com base na evolução do IGPM entre os meses de junho de 2017 e maio de 2018, levando em consideração, além da revisão tarifária contratual, compensado pela redução do tráfego no período, mencionada e justificada acima.

Já a receita de obras provenientes da realização de investimentos no intangível, registrou um aumento de R\$ 114,2 milhões, passando de R\$ 69,2 milhões em 2017 para R\$ 183,6 milhões em 2018, tendo como principal destaque a finalização das obras de duplicação do contorno de Mogi Mirim.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 7,1 milhões 1,7% a menor em 2018.

No ano de 2018 a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 581,6 milhões, R\$116,9 milhões superior ao ano de 2017, justificadas pelas informações já citadas acima.

Relatório **arteris** gestão
Intervias

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Custos dos serviços de construção	(183,6)	(69,2)	165,3%
Serviços de terceiros	(13,1)	(10,4)	26,0%
Pessoal	(33,0)	(30,6)	7,8%
Provisão para manutenção de rodovias	(85,3)	(19,5)	337,4%
Conservação	(16,3)	(17,7)	-7,9%
Custos com o poder concedente	(8,2)	(8,1)	1,2%
Seguros e garantias	(1,8)	(1,7)	5,9%
Remuneração da Administração	(2,0)	(2,4)	-16,7%
Consumo	(4,2)	(3,5)	20,0%
Outros	(8,5)	(9,7)	-12,4%
Custos e despesas	(356,0)	(173,2)	105,5%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) aumentaram 105,5% em 2018 em comparação ao exercício de 2017. A variação de R\$ 182,8 milhões é justificada pelos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 114,4 milhões com os custos de serviços de construção devido as obras de duplicação da SP-147 e SP-191;
- Aumento de R\$ 2,7 milhões em serviços de terceiros, devido principalmente ao reajuste contratual em Serviços de APH e Serviços de Transporte de Colaboradores, e maiores custos com serviços de comunicação e marketing;
- Aumento de R\$ 2,4 milhões com custos com pessoal, dissídio coletivo e readequações no quadro funcional operacional e administrativo;
- Aumento de R\$ 0,7 mil em Consumo, devido a maiores gastos com materiais para atendimento do convênio com a Polícia Militar Rodoviária – PMRV. Houve maiores custos com comunicação de dados e internet.
- Aumento de R\$ 65,8 milhões em Provisão de Manutenção devido o andamento de obras da 3ª intervenção de pavimento da SP-147, SP-191, SP-215 e SP-352.

Relatório Arteris

Intervias

Cabe ressaltar que o custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção do ICPC01, tem como contrapartida receita de obras equivalente, não impactando o resultado da Companhia.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Receita líquida	581,6	464,7	25,1%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(356,0)	(173,2)	105,5%
EBITDA ¹	225,6	291,5	-22,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	85,3	19,5	337,4%
EBITDA Ajustado ²	310,9	311,1	-0,1%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício."

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2018 em R\$ 310,9 milhões, sem variação significativa referente ao ano anterior.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2018	2017	Var.
Receitas Financeiras	53,7	66,5	-19,3%
Despesas Financeiras	(84,1)	(89,4)	-5,9%
Resultado Financeiro Líquido	(30,4)	(22,9)	33,0%

Relatório Arteris

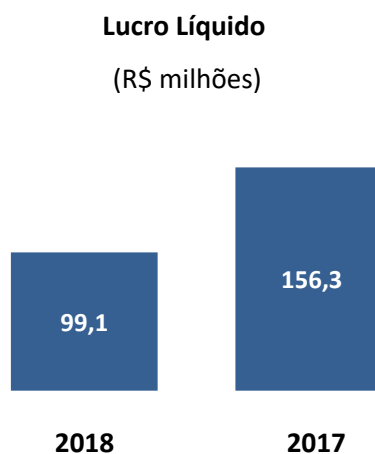
Intervias

O resultado financeiro líquido de 2018 foi negativo em R\$ 30,4 milhões, 33,0% maior quando comparado ao ano de 2017. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foram:

- As receitas financeiras apresentaram queda de 19,3%, que correspondeu a R\$ 12,8 milhões. Esta redução deve-se aos resgates de aplicações financeiras e recebimento de contratos de Debêntures Privada realizados ao longo do exercício frente às obrigações da companhia.
- As despesas financeiras sofreram queda de R\$ 5,3 milhões em consequência das amortizações de principal e juros dos contratos de 3ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures e pela queda da taxa de CDI.

Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2018 com redução de R\$ 57,2 milhões em seu lucro líquido quando comparado aos R\$156,3 milhões do ano anterior. Este resultado se deu principalmente em função do aumento dos custos com amortizações devido a conclusão das obras da SP-191 (Passarela de Araras), SP-352 (Terceira faixa km 177+020m ao km 178+640m) e despesas operacionais conforme justificado acima.



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017	Var.
Dívida Bruta	1.146,3	588,5	94,8%
Curto Prazo	346,4	262,6	31,9%
Longo Prazo	800,0	325,9	145,5%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(314,2)	(83,0)	278,5%
Dívida Líquida	832,1	505,5	64,6%

¹ Curto e longo prazo.

Relatório Arteris

Intervias

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento bruto totalizou R\$ 1.146,3 milhões, apresentando um aumento de R\$ 557,8 milhões (94,8%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta na captação da 5ª emissão de Debêntures.

O endividamento líquido (composto por dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2018 em R\$ 832,1 milhões, representando um aumento de 64,6% em relação ao ano de 2017. O grau de alavancagem, medido pela equação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 2,8x.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de dividendos e de juros sobre capital próprio, abaixo representada:

Exercício	Proventos em Dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
2017	Juros Sobre Capital Próprio	10/04/2018	12/04/2018	R\$: 8,5 milhões
2017	Dividendos	20/02/2018	11/10/2018	R\$: 10 milhões
2017	Dividendos	10/04/2018	12/04/2018	R\$: 88,7 milhões
2017	Dividendos	10/04/2018	12/04/2018	R\$: 10,0 milhões
2018	Juros Sobre Capital Próprio	29/03/2018	11/10/2018	R\$: 3,7 milhões
2018	Juros Sobre Capital Próprio	29/06/2018	11/10/2018	R\$: 4,0 milhões
2018	Dividendos	09/10/2018	11/10/2018	R\$: 34,7 milhões

INVESTIMENTOS

Em Fevereiro de 2016 a Companhia concluiu as obras de implantação de 5,0 quilômetros referente à segunda etapa do Contorno Viário de Mogi Mirim (SP), além da conclusão da Duplicação SP-147 km 64+800 ao km 85+700 contemplando 20,9 quilômetros entre os municípios de entre Mogi Mirim/SP e Engenheiro Coelho/SP, incluindo 2 Passagens Inferiores e 2 Passagens Superiores.

Em novembro de 2017 foi iniciada a Duplicação da rodovia SP-147 entre os km 88+150 ao km 104+900 no município Limeira e Engenheiro Coelho/SP, numa extensão de 16,75 quilômetros contendo 5 Trevos em Desnível encontrando-se 4 deles em andamento e 1 concluído no km 104+680, além da conclusão de 1 Ponte no km 93+900, ambas localizadas no município de Limeira/SP.

Relatório Arteris

Intervias

Também em 2018, a Concessionária iniciou a implantação da Duplicação da rodovia SP-191 que foi dividida em 2 trechos, o primeiro contempla a duplicação entre os km 49+700 ao km 52+700 no município Araras/SP e o segundo trecho dos Km 70+200 e Km 74+721 no município Rio Claro/SP, incluindo também a construção de 4 Dispositivos e a implantação de 1 Ponte.

Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia como a implantação de 4,0 quilômetros de Faixa Adicional nos municípios de Casa Branca/SP e Itapira/SP e 1 Passarela no Km 51+200 localizada no município de Araras/SP.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2018	2017
Empregados diretos	466	458
Rotatividade	1,24%	1,14%

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação de 53,6% de mulheres, contra 46,4% de homens. A média de idade está concentrada em 40 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal é o Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 75,0 % dos empregados. Vale mencionar que 18% possuem superior completo.

Ao longo de 2018, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 9.826 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 21,27 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação esteja atrelada a um planejamento estratégico alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação.

Nesse contexto, a Arteris trabalha cinco pilares estratégicos que visam orientar o planejamento da companhia. São eles: integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, e

relações e diálogo. Além disso, o Grupo possui outros dois temas transversais que permeiam todos pilares: ação social e tecnologia e inovação.

Integridade

A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência.

Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é uma premissa que vai além de gerar uma boa reputação para a companhia. Ela é princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismos de avaliação e controle de riscos de compliance.

Nesse contexto, em 2018, a Arteris e todas as empresas pertencentes ao Grupo aderiram ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, criado pelo Instituto Ethos. Ao assinar o Pacto, o Grupo assumiu o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus colaboradores e públicos de interesse, a fim de que ela seja cumprida em sua totalidade. Além disso, se comprometeu a impedir qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

Crescimento e Rentabilidade

Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor.

Oferecer serviços com excelência aos usuários e buscar projetos rentáveis para o Grupo e seus acionistas são as premissas que norteiam esse pilar e todas as iniciativas da companhia. Além disso, a Arteris é comprometida com os cuidados com o meio ambiente, desenvolvendo iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas por suas operações.

Ano a ano, os investimentos do Grupo em infraestrutura, excelência operacional, campanhas de conscientização e comunicação vêm contribuindo para transformar a realidade das rodovias concedidas, aprimorando continuamente suas condições de tráfego, comodidade e segurança, ao mesmo tempo em que favorecem para o crescimento sustentável do negócio do ponto de vista financeiro.

Pessoas

A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas voltados para sustentabilidade estão entre as prioridades estratégicas da companhia.

Adicionalmente, a empresa trabalha constantemente para conectar o desenvolvimento de seus profissionais com ações de voluntariado. O programa de voluntários do Grupo oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de praticarem a cidadania, em linha com os valores da companhia.

Segurança

O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade.

Quando se fala de sustentabilidade, a Arteris acredita que a segurança reflete o impacto positivo do negócio para a sociedade, seja por meio da excelência da operação, seja pela transformação no comportamento provocada pelas campanhas e programas da companhia voltados para educação no trânsito.

A Arteris está comprometida com a meta da “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Até o momento, o Grupo já reduziu em 46% o total de fatalidades em suas rodovias no período de 2011 a 2018.

Iniciativas como essa reforçam o comprometimento do Grupo em ser referência em segurança não só nas rodovias que administra, mas também no contexto de segurança do trabalho.

Relações e Diálogo

A Arteris é uma empresa engajada em propor e promover discussões públicas sobre temas estratégicos do negócio e do setor como um todo. Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de novas oportunidades.

Inovação e tecnologia

Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor.

Ação Social

Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades, a partir de uma política de investimento social com critérios claros.

Atualmente, a Arteris conta com o Projeto Escola, que, há 17 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação. Além disso, o Grupo também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança junto a públicos estratégicos para a redução de acidentes, iniciativas voltadas para saúde e bem estar, e apoio a projetos culturais, sociais e esportivos, com o objetivo de promover inclusão social.

AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o

Relatório **arteris** *Arteris*
Intervias

conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Araras, 27 de Fevereiro de 2019.

Diretoria

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro

Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Conselho de Administração

André Dorf

Conselheiro

Linomar Barros Deroldo

Conselheiro

Juan Gabriel Lopez Moreno

Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Conselheira

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028.

A emissão das demonstrações financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração 27 de fevereiro de 2019.

2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e 14, respectivamente.

Conforme estabelecido no contrato de concessão e nos termos aditivos modificativos subsequentes da Sociedade, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado- IGP-M ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, dos dois o menor, ocorrida até 31 de maio.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191- Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras) do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o Estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera -

- Contorno Rodoviário de Araras.

As obras e manutenções para o período de 95 meses reequilibrados em TAM assinado no ano de 2006 ainda não foram definidas pela Sociedade e Artesp.

De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras na SP 165/330, partindo do km 165,225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$201.605 (R\$378.399 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$53.804 (R\$64.740 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$65.380 (R\$ 20.026 em 31 de dezembro de 2017), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos adicionais das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, regulatórios e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas divulgadas em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	83.020	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	21.773	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	333.133	Custo amortizado
Outros Créditos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.878	Custo amortizado
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	588.558	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	17.393	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	10.013	Custo amortizado
Credores pela concessão	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	17.689	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	2.125	Custo amortizado

4.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou passivo, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas de "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

b) Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 8, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.5 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.10 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.11 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.12 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

50% do saldo acumulado de lucros retidos em anos anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

IFRSs novas e revisadas já emitidas, adotadas

4.14.1 IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma IFRS 15/CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações executáveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

A Sociedade têm como principais transações a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos em relação ao reconhecimento anterior dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

4.14.2 IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Metodologia de estimativa de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O IFRS 9 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma anterior (IAS 39). Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Sociedade possui concentração em sua carteira de clientes e não possui histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise de risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis e nem em relação aos demais instrumentos financeiros.

IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “*International Accounting Standards Board – IASB*” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IFRS 16 – Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes normas e Interpretações quando estiver em vigor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAS 17 Arrendamentos; - IFRIC 4 Determinação se um Acordo contém Arrendamento; - SIC-15 Arrendamentos Operacionais – Incentivos; e - SIC-27 Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.
IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e - Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda; - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. - Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.
Alterações à IFRS 9 - Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa. (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>As alterações à IFRS 9 esclarecem que, para determinar se uma característica de pagamento antecipado satisfaz a condição de “apenas pagamentos de principal e juros”, a parte que exerce a opção pode pagar ou receber compensação razoável pelo pagamento antecipado independentemente do motivo para o pagamento antecipado. Em outras palavras, as características de pagamento antecipado com compensação negativa não descumprem automaticamente condição de “apenas pagamentos de principal e juros”.</p>
Alterações à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A alteração esclarece que a IFRS 9, inclusive as exigências de redução ao valor recuperável, é aplicável a investimentos de longo prazo.</p> <p>Adicionalmente, ao aplicar a IFRS 9 a investimentos de longo prazo, a entidade não leva em conta os ajustes ao seu valor contábil necessários de acordo com a IAS 28 (isto é, ajustes ao valor contábil dos investimentos de longo prazo resultantes da alocação das perdas da investida ou da avaliação da redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 28).</p>

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

<p>Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017 - Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Combinações de Negócios, IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em Conjunto, IAS 12 (CPC 32) - Impostos sobre a Renda e IAS 23 (CPC 20 (R1)) - Custos de Empréstimos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>As Melhorias Anuais incluem alterações a quatro normas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAS 12 – Impostos sobre a Renda: As alterações esclarecem que a entidade deve reconhecer as consequências do imposto de renda incidente sobre dividendos no resultado, em outros resultados abrangentes ou no patrimônio dependendo de onde a entidade reconheceu originalmente as transações que geraram o lucro a distribuir. Este é o caso independentemente da aplicação de alíquotas fiscais diferentes para o lucro distribuído e a distribuir. - IAS 23 - Custos de Empréstimos: As alterações esclarecem que se houver algum empréstimo específico em aberto após o correspondente ativo estar pronto para seu uso ou venda pretendida, esse empréstimo se torna parte dos recursos que a entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral. - IFRS 3 - Combinações de Negócios: As alterações à IFRS 3 esclarecem que quando a entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade aplica as exigências de combinação de negócios em estágios, inclusive a remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo. A participação anteriormente detida a ser remensurada inclui qualquer ativo, passivo e ágio não reconhecido relacionado à operação conjunta. - IFRS 11 – Negócios em Conjuntos: As alterações à IFRS 11 esclarecem que quando uma parte que participa em uma operação conjunta que corresponde a um negócio, mas não detém o controle conjunto dessa operação, obtém o controle conjunto dessa operação conjunta, a entidade não remensura a sua participação anteriormente detida na operação conjunta.
<p>Alterações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Alteração, Redução ou Liquidação de Plano de Benefícios aos Empregados (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)</p>	<p>As alterações esclarecem que o custo de serviços passados (ou do ganho ou da perda de liquidação) é calculado mensurando o passivo (ativo) de benefícios definidos com base em premissas atualizadas e comparando os benefícios oferecidos e os ativos do plano antes e após a alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) mas ignorando o efeito do teto de ativos (que pode surgir quando o plano de benefícios definidos está em posição de superávit).</p> <p>A IAS 19 esclarece que a alteração no efeito do teto de ativos resultante da alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) é determinada em uma segunda etapa e reconhecida normalmente em outros resultados abrangentes.</p> <p>Os parágrafos relacionados à mensuração do custo de serviços correntes e dos juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos também foram alterados. A entidade deverá usar as premissas atualizadas dessa remensuração para determinar o custo de serviços correntes e os juros líquidos para o restante do período de relatório após a alteração do plano. No caso dos juros líquidos, as alterações esclarecem que para a alteração do plano após o período, os juros líquidos são calculados multiplicando-se o passivo (ativo) de benefícios definidos conforme remensurado de acordo com a IAS 19 e a taxa de desconto usada na remensuração (também levando em consideração o efeito das contribuições e os pagamentos de benefícios sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos).</p>

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)	As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a alugueis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	3.130	2.581
Aplicações financeiras (*)	<u>311.111</u>	<u>80.439</u>
Total	<u><u>314.241</u></u>	<u><u>83.020</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,36% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixada em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimentos, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	21.034	20.968
Cupons de pedágio a receber	322	201
Cartões de pedágio a receber	182	517
Receitas acessórias a receber	85	87
Outras receitas a receber	1	-
Total	<u><u>21.624</u></u>	<u><u>21.773</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre o imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	142.444	229.533
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(48.431)	(78.041)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	5.225	4.455
Outras diferenças permanentes	(121)	396
Total	<u><u>(43.327)</u></u>	<u><u>(73.190)</u></u>
 Despesa contabilizada	 (43.327)	 (73.190)
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(46.823)	(61.477)
Diferido	3.496	(11.713)
	<u><u>(43.327)</u></u>	<u><u>(73.190)</u></u>

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2018	31.12.2017
Diferenças temporárias ativas		
Provisão de participação nos lucros	1.869	1.384
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	4.556	4.261
Outras provisões	4.373	2.941
Provisão para manutenção de rodovias	47.978	43.642
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>58.776</u>	<u>52.228</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>19.984</u>	<u>17.758</u>
Diferenças temporárias passivas:		
Direito de concessão incorporado (b)	(11.902)	(13.212)
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	(3.170)	(3.810)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(23.314)	(23.314)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	7.123	5.341
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	<u>(31.263)</u>	<u>(34.995)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(10.629)</u>	<u>(11.898)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>9.355</u>	<u>5.859</u>

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Impostos diferidos	Ativo não circulante
2019	16.717
2020	404
2021	404
2022	404
2023	404
Após 2023	1.651
	<u>19.984</u>

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

8. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2017	6.249	-	-	6.249
Adições	28	725	861	1.614
Transferências/reclassificações	(4.385)	4.385	-	-
Alienações/baixas	-	-	(49)	(49)
Saldo em 31.12.2018	<u>1.892</u>	<u>5.110</u>	<u>812</u>	<u>7.814</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2017	(3.766)	-	-	(3.766)
Depreciações	(67)	(302)	(126)	(495)
Transferências/reclassificações	2.833	(2.833)	-	-
Saldo em 31.12.2018	<u>(1.000)</u>	<u>(3.135)</u>	<u>(126)</u>	<u>(4.261)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2017	2.483	-	-	2.483
Saldo em 31.12.2018	892	1.975	686	3.553
Taxas de depreciação - a.a.	5%	4%	9%	
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>				
Saldo em 31.12.2016	5.783	-	-	5.783
Adições	610	-	-	610
Transferências/reclassificações	(55)	-	-	(55)
Alienações/baixas	(89)	-	-	(89)
Saldo em 31.12.2017	<u>6.249</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.249</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2016	(3.439)	-	-	(3.439)
Depreciações	(416)	-	-	(416)
Transferências/reclassificações	89	-	-	89
Alienações/baixas	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	<u>(3.766)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.766)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>				
Saldo em 31.12.2016	2.344	-	-	2.344
Saldo em 31.12.2017	2.483	-	-	2.483
Taxas de depreciação - a.a.	10%	0%	0%	

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

9. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2017	898.291	28.434	60.152	3.206	5.165	995.248
Adições	48.089	-	-	284	137.083	185.456
Transferências/reclassificações	4.612	-	-	-	(4.612)	-
Alienações/baixas	(3)	-	-	-	-	(3)
Saldo em 31.12.2018	950.989	28.434	60.152	3.490	137.636	1.180.701
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2017	(437.574)	(17.577)	(39.096)	(1.215)	-	(495.462)
Amortizações	(48.520)	(824)	(2.779)	(220)	-	(52.343)
Saldo em 31.12.2018	(486.094)	(18.401)	(41.875)	(1.435)	-	(547.805)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2017	460.717	10.857	21.056	1.991	5.165	499.786
Saldo em 31.12.2018	464.895	10.033	18.277	2.055	137.636	632.896
Taxas de amortização - a.a.	5%	4%	3%	6%		

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2016	764.089	28.434	60.152	3.026	73.817	-	929.518
Adições	50.788	-	-	180	18.201	70	69.239
Transferências/reclassificações	86.978	-	-	-	(86.853)	(70)	55
Alienações/baixas	(3.564)	-	-	-	-	-	(3.564)
Saldo em 31.12.2017	898.291	28.434	60.152	3.206	5.165	-	995.248
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2016	(402.173)	(16.751)	(36.991)	(1.025)	-	-	(456.940)
Amortizações	(35.454)	(826)	(2.105)	(190)	-	-	(38.575)
Alienações/baixas	53	-	-	-	-	-	53
Saldo em 31.12.2017	(437.574)	(17.577)	(39.096)	(1.215)	-	-	(495.462)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2016	361.916	11.683	23.161	2.001	73.817	-	472.578
Saldo em 31.12.2017	460.717	10.857	21.056	1.991	5.165	-	499.786
Taxas de amortização - a.a.	5%	4%	5%	6%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$1.596 (R\$179 em 31 de dezembro de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em 2018 foi de 0,35% a.a. e 0,07% a.a. em 2017.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

10. DEBÊNTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	263.424	326.319	589.743	270.943	572.664	843.607
Captações/Renovações	-	800.000	800.000	-	-	-
Juros provisionados	65.017	11.405	76.422	71.052	7.651	78.703
Amortização de principal	(253.995)	-	(253.995)	(247.995)	-	(247.995)
Pagamento de juros	(61.576)	-	(61.576)	(84.572)	-	(84.572)
Transferência	334.944	(334.944)	-	253.996	(253.996)	-
	<u>347.814</u>	<u>802.780</u>	<u>1.150.594</u>	<u>263.424</u>	<u>326.319</u>	<u>589.743</u>
Custo de transação	(1.449)	(2.812)	(4.261)	(769)	(416)	(1.185)
Saldo final	<u>346.365</u>	<u>799.968</u>	<u>1.146.333</u>	<u>262.655</u>	<u>325.903</u>	<u>588.558</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017
3º emissão	60.000	CDI+1,09%a.a.	set/18 (*)	-	208.501
4º emissão - 1º série	15.000	CDI+1,10%a.a.	out/19	50.769	101.678
4º emissão - 2º série	22.500	IPCA+5,96%a.a.	out/19	290.268	279.564
5º emissão - 4º série	126.010	IPCA+6,76%a.a.	mai/25	129.797	-
5º emissão - 1º Série	200.000	CDI+0,47%a.a.	mai/20	201.595	-
5º emissão - 2º Série	191.177	CDI+0,90%a.a.	mai/23	192.800	-
5º emissão - 3º Série	282.813	CDI+1,35%a.a.	mai/25	285.365	-
				<u>1.150.594</u>	<u>589.743</u>

(*) Em junho de 2018, a Sociedade resgatou as debêntures da 3º emissão.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
3º emissão	23.09.2013	600.000	10	07.10.2013	601.805
4º emissão - 1º série	15.10.2014	150.000	10	05.11.2014	151.025
4º emissão - 2º série	15.10.2014	225.000	10	05.11.2014	226.615
5º emissão - 4º série	15.05.2018	126.010	1	11.06.2018	126.010
5º emissão - 1º série	15.05.2018	200.000	1	11.06.2018	200.000
5º emissão - 2º série	15.05.2018	191.177	1	11.06.2018	191.177
5º emissão - 3º série	15.05.2018	282.813	1	11.06.2018	282.813
		<u>1.775.000</u>			<u>1.779.445</u>

O valor justo das debêntures registradas nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	263.935
2021	56.385
2022	148.843
2023	148.843
Após 2023	<u>184.774</u>
	<u><u>802.780</u></u>

As debêntures da Sociedade não apresentam garantias.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do Grupo Arteris.

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivadas na CVM. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	328.533	-
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	54
Arteris Participações (a)	-	2
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (b)	4	-
Centrovias S.A. (b)	210	135
Vianorte S.A. (b)	77	18
Total	<u>328.824</u>	<u>209</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimos:		
Mútuos - Arteris S.A (e)		9.225
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (d)	142.893	323.699
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Total	<u>142.893</u>	<u>332.924</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (b)	1.491	1.445
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Autovias S.A. (b)	-	2
Fluminense S.A. (b)	-	15
Régis Bittencourt S.A. (b)	-	4
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	117	-
	<u>1.608</u>	<u>1.466</u>
<u>Controladora</u>		
Dividendos propostos:		
Arteris S.A. (f)	4.062	-
Arteris Participações S.A. (f)	3.902	-
Juros sobre capital próprio a pagar:		
Arteris S.A. (g)	2.745	4.359
Arteris Participações S.A. (g)	2.638	4.188
	<u>13.347</u>	<u>8.547</u>
Total	<u>14.955</u>	<u>10.013</u>

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Contas de Resultado:	31.12.2018			31.12.2017		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)/(b)
Controladora						
Arteris S.A.	-	31.314	(15.874)	-	60.835	(14.433)
Outras partes relacionadas						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(5.561)	-	-	(14.668)	-	-
Total	(5.561)	31.314	(15.874)	(14.668)	60.835	(14.433)

- (a) Refere-se a despesas administrativas de outras empresas do grupo Arteris pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", com base na receita das empresas do grupo, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsadas com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (d) Refere-se a 4ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da controladora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do spread de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros da 4ª emissão em 25 de junho de 2019, conforme prorrogação de junho de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
25.06.2015	25.09.2019	CDI + 2,0% a.a.	226.410	102.123	240.000	83.699
02.08.2018	02.08.2021	CDI+1,2%	100.000	2.582	-	-
14.11.2018	12.11.2021	CDI+1,2%	40.000	311	-	-
			<u>366.410</u>	<u>105.016</u>	<u>240.000</u>	<u>83.699</u>

- (e) Contrato de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,40% ao ano com vencimento de juro e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
19.02.2015	01.12.2019	CDI + 1,4% a.a.	-	-	9.225	-

- (f) Saldo a pagar da distribuição de dividendos conforme nota explicativa 16.b.
- (g) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa 16.b.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$3.485 (R\$11.685 em 31 de dezembro de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2018, a Sociedade reconheceu o montante de R\$842 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$1.172 relativo ao rateio da "Holding", que totaliza R\$2.014 (R\$1.815, em

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

31 de dezembro de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são de R\$1.869 e R\$1.384, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Imposto de renda	7.260	9.595
Contribuição social	3.710	3.668
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	512	574
Programa de integração social - PIS	864	439
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.774	2.278
Tributos federais retidos	649	296
Impostos sobre serviços - ISS	<u>2.440</u>	<u>2.085</u>
Total	<u>20.209</u>	<u>18.935</u>

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Circulante				
Direito de outorga	8.855	8.362	9.022	8.586
Parcela variável (a)/(b)	<u>685</u>	<u>682</u>	<u>685</u>	<u>682</u>
Total	<u>9.540</u>	<u>9.044</u>	<u>9.707</u>	<u>9.268</u>
Não circulante				
Direito de outorga	<u>732</u>	<u>8.645</u>	<u>772</u>	<u>9.338</u>
Total	<u>732</u>	<u>8.645</u>	<u>772</u>	<u>9.338</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do Exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

(b) Valor variável correspondente a 23,5% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2018 está assim representada:

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

	Parcelas		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Quantidade de parcelas	12	1	13

O valor pago pela Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$16.963 (R\$8.740 de parcela fixa e R\$8.223 de parcela variável) e de R\$16.607 (R\$8.487 de parcela fixa e R\$8.120 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	<u>732</u>
	<u><u>732</u></u>

15. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2018</u>
Cíveis	1.901	1.873	(824)	(1.398)	1.552
Trabalhistas	2.360	1.378	(430)	(341)	2.967
Regulatório	-	37	-	-	37
Total	<u>4.261</u>	<u>3.288</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(1.739)</u>	<u>4.556</u>

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31.12.2017</u>
Cíveis	1.376	1.863	(522)	(816)	1.901
Trabalhistas	1.983	1.135	(395)	(363)	2.360
Total	<u>3.359</u>	<u>2.998</u>	<u>(917)</u>	<u>(1.179)</u>	<u>4.261</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$3.367 em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.800 em 31 de dezembro de 2017).

Os depósitos judiciais no montante de R\$628 (R\$858 em 31 de dezembro de 2017), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$436

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A provisão de manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Provisões	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	28.529	15.113	43.642
Adições/Reversões	-	85.275	85.275
Utilizações	(83.028)	-	(83.028)
Ajuste a valor presente	-	2.089	2.089
Transferências	100.064	(100.064)	-
Saldo em 31.12.2018	<u>45.565</u>	<u>2.413</u>	<u>47.978</u>

Provisões	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2016	53.924	32.472	86.396
Adições/Reversões	-	19.583	19.583
Utilizações	(66.692)	-	(66.692)
Ajuste a valor presente	-	4.355	4.355
Transferências	41.297	(41.297)	-
Saldo em 31.12.2017	<u>28.529</u>	<u>15.113</u>	<u>43.642</u>

Os pagamentos efetuados no Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referentes às manutenções realizadas foram de R\$ 88.143 (R\$65.380 em 31 de dezembro de 2017).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$129.625, compostos por 4.763.110 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade autorizou a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$108.674

A Sociedade aprovou a antecipação de dividendos referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2018, no montante de R\$42.629. Deste montante R\$34.665 foi pago em 11 de outubro de 2018, e os R\$7.964 remanescentes estão registrados na rubrica dividendos a pagar. (Vide nota explicativa nº20)

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro líquido do exercício	99.117	156.343
Reserva legal de 5%	-	(4.294)
Base de cálculo	<u>99.117</u>	<u>152.049</u>
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u><u>24.779</u></u>	<u><u>38.012</u></u>
Dividendos antecipados	(42.629)	(30.273)
Juros sobre capital próprio	(15.369)	(13.103)
Dividendos propostos	-	(108.673)
Dividendos adicionais propostos	(41.119)	-
	<u><u>(99.117)</u></u>	<u><u>(152.049)</u></u>
Número de ações durante o exercício	4.763	4.375
Dividendos por ação distribuído	(12,18)	(9,91)
Dividendos por ação proposto	(8,63)	(24,84)
Dividendo por ação	<u><u>(20,81)</u></u>	<u><u>(34,75)</u></u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade propôs a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referentes ao exercício de 2018, totalizando R\$41.119 a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária.

Juros sobre capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$15.369, o qual incide a quantia de R\$2.305, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sendo o saldo líquido de R\$13.064. (Vide nota explicativa nº20)

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

17. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do Exercício é como segue:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receita de serviços prestados	429.123	426.032
Receita de serviços de construção	183.577	69.294
Outras receitas	7.102	7.223
Receita bruta	<u>619.802</u>	<u>502.549</u>
ISSQN	(21.766)	(21.619)
PIS	(2.913)	(2.886)
COFINS	(13.442)	(13.320)
Outras deduções	<u>(43)</u>	<u>(1)</u>
Receita líquida	<u><u>581.638</u></u>	<u><u>464.723</u></u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Despesas:		
Com pessoal	(12.707)	(12.497)
Serviços de terceiros	(3.492)	(2.445)
Manutenção de bens e conservação	(2.438)	(2.310)
Consumo	(1.951)	(1.655)
Transportes	(542)	(459)
Seguros/Garantias	(16)	(22)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(2.034)	(2.081)
Comunicação e marketing	(1.455)	(1.854)
Indenizações à terceiros	(327)	(273)
Publicações legais	(237)	(224)
Depreciação / Amortização	(520)	(420)
Outros	(1.771)	(1.508)
Total	<u><u>(27.490)</u></u>	<u><u>(25.748)</u></u>
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Custos:		
Com pessoal	(20.318)	(18.781)
Serviços de terceiros	(8.109)	(7.751)
Conservação	(12.545)	(14.190)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.358)	(1.201)
Consumo	(2.274)	(1.888)
Transportes	(3.791)	(3.543)
Seguros / Garantias	(1.764)	(1.759)
Ônus variável	(8.230)	(8.130)
Provisão de manutenção em rodovias	(85.275)	(19.583)
Custos de serviços da construção	(183.577)	(69.294)
Depreciação / Amortização	(51.492)	(37.745)
Amortização da Outorga	(826)	(826)
Outros	(150)	(73)
Total	<u><u>(379.709)</u></u>	<u><u>(184.764)</u></u>

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

19. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	31.314	60.835
Aplicações financeiras	19.490	5.662
Outras receitas	2.930	40
Total	<u>53.734</u>	<u>66.537</u>
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(74.825)	(78.525)
Atualização monetária do ônus da concessão	(1.316)	(861)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.089)	(4.355)
Outras despesas	(5.834)	(5.752)
Total	<u>(84.064)</u>	<u>(89.493)</u>

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	41.817	13.622
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	5.383	8.547
Juros capitalizados	1.596	179
Dividendos propostos e não pagos	7.964	-
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(100.100)	(77.442)

21. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do Exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

	31.12.2018	31.12.2017
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do período	99.117	156.343
Número de ações durante exercício	4.763	4.375
Lucro por ação	<u>20,8098</u>	<u>35,7355</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	31.12.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	314.241	-	83.020	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	21.624	-	21.773
Partes relacionadas	Nível 2	-	471.717	-	333.133
Outros Créditos	Nível 2	-	6.497	-	1.878
Debêntures	Nível 2	-	1.146.333	-	588.558
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	32.634	-	17.393
Partes relacionadas	Nível 2	-	6.991	-	10.013
Dividendos propostos	Nível 2	-	7.964	-	-
Credores pela concessão	Nível 2	-	10.272	-	17.689
Outras contas a pagar	Nível 2	-	1.720	-	2.125
		<u>314.241</u>	<u>1.705.752</u>	<u>83.020</u>	<u>992.562</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados ao IPCA aproximam-se dos seus valores justos em razão do IPCA ser uma taxa inflacionária divulgada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e mantém os saldos contábeis dos empréstimos atualizados e em linha aos valores praticados no mercado.

23. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos e debêntures com partes relacionadas.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(58.077)	(70.827)	(83.576)
Receita de aplicações financeiras	21.385	26.732	32.080
Receita financeira de mútuo (*)	35.311	42.426	49.542
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(1.381)</u>	<u>(1.669)</u>	<u>(1.954)</u>
IPCA	4,01%	5,01%	6,02%
Juros a incorrer - Debêntures	(38.673)	(42.595)	(46.517)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(38.673)</u>	<u>(42.595)</u>	<u>(46.517)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(40.054)</u>	<u>(44.264)</u>	<u>(48.471)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$21.034 (R\$20.968 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais, Conectcar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Debêntures - CDI	7,44%	108.571	245.697	38.330	130.185	428.931	951.714
Debêntures - IPCA	3,71%	321.838	8.471	8.506	8.575	186.556	533.946
Credores pela concessão	7,54%	9.540	732	-	-	-	10.272
Fornecedores e cauções contratuais	-	31.732	902	-	-	-	32.634
Outras contas a pagar	-	1.720	-	-	-	-	1.720
Fornecedores partes relacionadas	-	1.608	-	-	-	-	1.608
		<u>475.009</u>	<u>255.802</u>	<u>46.836</u>	<u>138.760</u>	<u>615.487</u>	<u>1.531.894</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	01/10 a 31/12/2019	Total
Debêntures - CDI	7,44%	4.100	25.923	-	78.548	108.571
Debêntures - IPCA	3,71%	-	3.743	-	318.095	321.838
Credores pela concessão	7,54%	2.385	2.385	2.385	2.385	9.540
Fornecedores e cauções contratuais	-	23.994	3.165	1.032	3.541	31.732
Outras contas a pagar	-	1.720	-	-	-	1.720
Fornecedores partes relacionadas	-	1.608	-	-	-	1.608
		<u>33.807</u>	<u>35.216</u>	<u>3.417</u>	<u>402.569</u>	<u>475.009</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 24.610
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	175.579

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Interior

Paulista S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro

de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Araras, 27 de Fevereiro de 2019

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Econômico Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro

de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu

Auditores Independentes.

Araras, 27 de Fevereiro de 2019

Marcelo de Afonseca e Silva

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor de Econômico Financeiro / Diretor de Relações com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica